

# ORA newsletter

---

**Nº 57 – OUTUBRO/2011**  
(circulação limitada)

## **Assuntos**

<b>Resumo Fiscal/Legal – Setembro de 2011</b>	<b>1</b>
<b>Goodwill e Testes de Imparidade – Parte II</b>	<b>2</b>
<b>Revisores e Auditores</b>	<b>5</b>

## **LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – SETEMBRO DE 2011**

**Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2011, de 6 de Setembro** - Procede à adjudicação da proposta apresentada no âmbito da venda directa da totalidade das acções do BPN e fixa o prazo e as demais condições de celebração do contrato de compra e venda das acções do BPN com o adjudicatário, bem como reserva um lote de acções representativas de 5% do capital social do BPN para aquisição pelos seus trabalhadores e fixa o preço e as demais condições dessa aquisição, nos termos dos artigos 2.º, 2.º -A e 4.º do Decreto-Lei n.º 2/2010, de 5 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 96/2011, de 19 de Agosto, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2011, de 19 de Agosto.

**Assembleia da República - Lei n.º 49/2011, de 7 de Setembro** - Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.

**Assembleia da República - Lei n.º 50/2011, de 13 de Setembro** - Procede à segunda alteração à Lei Quadro das Privatizações, aprovada pela Lei n.º 11/90, de 5 de Abril.

**Banco de Portugal - Instrução nº 22/2011 (divulgada em 16 de Setembro)** - A fim de se acompanhar a qualidade do crédito, vem solicitar o envio de elementos informativos referentes ao crédito em risco.

**Ministério da Economia e do Emprego - Portaria n.º 274/2011, de 26 de Setembro** - Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na actividade de construção das empresas do sector e fixa os respectivos valores de referência e revoga a Portaria n.º 971/2009, de 27 de Agosto.

**Presidência do Conselho De Ministros - Aviso n.º 19512/2011, de 30 de Setembro** - O coeficiente de actualização dos diversos tipos de arrendamento, para vigorar no ano civil de 2012, foi fixado em 1,0319.

**Assembleia da República - Lei n.º 51-A/2011, de 30 de Setembro** - Elimina a taxa reduzida de IVA sobre a electricidade e o gás natural, com a consequente sujeição destes bens à taxa normal.

# ORA newsletter

---

Nº 57 – OUTUBRO/2011  
(circulação limitada)

## GOODWILL E TESTES DE IMPARIDADE – PARTE II

Na ORA Newsletter nº 55 (Agosto/2011) abordámos o conceito de *goodwill* obtido numa concentração de actividades empresariais, a respectiva forma de apuramento e a sua contabilização (inicial e subsequente). Neste artigo vamos procurar desenvolver os testes de imparidade a que o mesmo está sujeito e a metodologia a seguir.

### Imparidade

A temática da imparidade, incluindo a imparidade do *goodwill*, encontra-se regulada na NCRF 12 – Imparidade de Activos.

Para ser possível quantificar a imparidade do *goodwill*, deve-se ter em atenção que o mesmo é um activo que, isoladamente, não é capaz de gerar fluxos de caixa, estando, para tal, dependente de outros activos ou grupos de activos.

Assim, numa primeira fase é necessário determinar a unidade ou unidades geradoras de caixa (UGC) a que o *goodwill* pertence (§ 40 da NCRF 12). De acordo com o § 4 da mesma NCRF, uma unidade geradora de caixa é o mais pequeno grupo identificável de activos que seja gerador de influxos de caixa e que seja independente dos influxos de caixa dos outros activos ou grupo de activos. Ou seja, é a unidade ou unidades que está/estão a beneficiar das sinergias da concentração de actividades empresariais.

A quantia escriturada de uma UGC deverá ser consistente com a quantia recuperável, devendo incluir os activos que lhe são exclusiva e directamente atribuíveis, os activos que lhe são indirectamente atribuíveis, bem como os passivos já reconhecidos mas apenas até ao ponto em que a quantia recuperável dessa UGC não possa ser determinada sem os considerar.

Entende-se por quantia recuperável a mais alta de entre o justo valor de um activo ou UGC deduzido dos custos de vender e o seu valor de uso, sendo o valor de uso o correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo ou UGC e da sua alienação no final da vida útil (§ 4 da NCRF 12).

Uma vez que o *goodwill* não gera fluxos de caixa independentes, a sua quantia recuperável não pode ser determinada como sendo um activo individual, logo o mesmo deve ser incluído na determinação da quantia escriturada da UGC que irá ser testada quanto à imparidade.

Para se efectuar o reconhecimento de perda por imparidade em UGC, deve-se determinar os activos cujas quantias escrituradas devam ser objecto de redução. Podem surgir duas hipóteses:

- Não foi imputado nenhum *goodwill* à UGC – neste caso, o teste de imparidade deve ser efectuado sempre que surjam indícios de imparidade, ou anualmente, no caso de terem sido imputados activos intangíveis. Após ser determinada a quantia recuperável da UGC, a adquirente deve comparar esse valor com a quantia escriturada dos activos imputados. Se a quantia escriturada dos activos imputados for superior à quantia recuperável, deve

2/5

# ORA newsletter

---

Nº 57 – OUTUBRO/2011  
(circulação limitada)

ser reconhecida, nos resultados, uma perda por imparidade, tendo como contrapartida os activos identificados, numa base proporcional às quantias escrituradas.

- Foi imputado *goodwill* à UGC – neste caso, a entidade adquirente deve efectuar o teste de imparidade anualmente ou sempre que esteja na presença de indícios da existência de imparidade. Como resultado do teste, podem surgir duas situações (§§ 44, 45 e 52 da NCRF 12):
  - i) Foram identificados activos na UGC que se encontram em imparidade. Neste caso, deverá, em primeiro lugar, ser imputada a perda por imparidade ao activo identificado e seguidamente deverá ser efectuado o teste de imparidade à UGC. Dever-se-á, então, comparar a quantia recuperável da UGC com a sua quantia escriturada, incluindo o *goodwill*, e a nova quantia do activo. Se a UGC estiver em imparidade, a perda deverá ser primeiramente reconhecida no *goodwill* e, posteriormente, nos restantes activos numa base proporcional às suas quantias escrituradas.
  - ii) Não foram identificados activos na UGC em situação de imparidade. Neste caso, dever-se-á proceder ao teste de imparidade da UGC e comparar a sua quantia recuperável com a respectiva quantia escriturada, incluindo o *goodwill* atribuído. Verificando-se uma situação de imparidade, a perda deverá ser primeiramente imputada ao *goodwill*, e, posteriormente, aos activos da unidade, numa base proporcional à quantia escriturada de cada activo.

Importa referir que a quantia escriturada dos activos, após a imputação da perda por imparidade, não deverá ser inferior à sua quantia recuperável ou a zero, dos dois o mais alto (§ 53 da NCRF 12). Por outro lado, se existirem activos na UGC que não estejam em imparidade, não lhes deverá ser imputada nenhuma perda apurada para a UGC, sendo a mesma apenas imputada aos restantes activos que a constituem.

## **Reversão de uma perda por imparidade**

No caso de se constatar que uma perda por imparidade reconhecida em exercícios anteriores já não existe ou tenha diminuído pela ocorrência de eventos ou alterações favoráveis, dever-se-á proceder à sua reversão. Contudo, há que ter presente os seguintes aspectos:

- Não é possível reverter uma perda por imparidade anteriormente reconhecida no *goodwill* (§ 64 da NCRF 12).
- No caso da reversão se verificar num outro activo (que não o *goodwill*), o valor revertido terá como máximo aquele que aumenta a quantia escriturada para a quantia recuperável, de modo a restabelecer o valor que o activo apresentaria se não tivesse sido reconhecida nenhuma perda por imparidade anteriormente (§ 58 e § 59 da NCRF 12).

# ORA newsletter

---

**Nº 57 – OUTUBRO/2011**  
(circulação limitada)

## Testes de imparidade

A entrada em vigor do SNC trouxe consigo uma maior abertura para a utilização de estimativas de valor na contabilidade, na medida em que passa a ser fortemente usado, e em muitos casos obrigatoriamente usado, o conceito do justo valor em detrimento do custo histórico, como até aqui se tinha verificado.

Torna-se importante realçar que, para se efectuarem muitas das estimativas de valor necessárias para a contabilidade, existe a necessidade de se recorrer a técnicas financeiras de avaliação de empresas. Este é o caso do apuramento da perda por imparidade, que como já foi exposto anteriormente, é apurada pelo confronto entre a quantia escriturada e a quantia recuperável, a qual poderá ser apurada tendo em conta o valor de uso, ou seja, o valor presente dos fluxos de caixa estimados, que se espera que surjam do uso continuado de um activo ou UGC e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A Norma Interpretativa (NI) 2 - “Uso de Técnicas de Valor Presente para Mensurar o Valor de Uso” apresenta duas abordagens para calcular o valor presente: a “abordagem tradicional” e a “abordagem do fluxo de caixa esperado”. Qualquer que seja a abordagem seguida, o resultado deve reflectir o valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros, ou seja, a média ponderada de todos os desfechos possíveis (§ 2 NI 2), procedimentos que desenvolveremos no próximo número da ORA Newsletter.

**- Susana Machado -**

## **Bibliografia**

- *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos.*
- *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 14 – Concentrações de Actividades Empresariais.*
- *Norma Interpretativa 2 – Uso de Técnicas de Valor Presente para Mensurar o Valor de Uso.*
- *“Reconhecimento e Reversão de Perdas de Imparidade em Unidades Geradoras de Caixa”, por Ana Luísa Nabais Aniceto, Revista Revisores & Auditores da OROC n.º 38, de Julho / Setembro de 2007.*
- *“Normativo Contabilístico Internacional e o Goodwill nas Concentrações de Actividades Empresariais”, por Maria Dolores Salvador Montiel e Fernando Ruiz Lamas, Revista TOC da OTOC n.º 87, de Junho de 2007.*
- *“As Concentrações de Actividades Empresariais Segundo a IFRS 3”, por Maria da Conceição da Costa Marques, Revista Revisores & Auditores da OROC n.º 38, de Julho / Setembro de 2007.*
- *“A IAS 36 – Imparidade de Activos: Impacto, Problemas e Valorização”, por Maria da Conceição da Costa Marques.*
- *“A Mensuração Subsequente do Goodwill e a sua Contribuição para a Manipulação dos Resultados: Uma Revisão da Literatura”, por Carla Carvalho, Mana Maria Rodrigues e Carlos Ferreira.*
- *“O Goodwill não é um Activo”, por João Carlos Fonseca.*
- *“Os Testes de Imparidade e as Técnicas de Avaliação de Empresas”, por Luís Miranda da Rocha, Outubro de 2009.*
- *“Revisão da Informação Financeira - Prospectiva”, por Ana de Sousa Simões Pereira, Revista Revisores & Auditores da OROC n.º 34, de Julho / Setembro de 2006.*

# ORA newsletter

---

Nº 57 – OUTUBRO/2011  
(circulação limitada)

## REVISORES E AUDITORES

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas publicou recentemente a sua Newsletter nº 2/11 em que salientamos pelo seu interesse as seguintes informações:

- i) **A Proporcionalidade e as Normas Internacionais de Auditoria (ISA)** – Um dos debates de auditoria que houve nos últimos anos foi sobre se as ISA clarificadas emitidas pelo IAASB se aplicam da mesma forma quer para empresas cotadas quer para as pequenas e médias empresas. Neste documento é apresentada a posição da FEE e são dadas respostas a várias questões: “Não são as ISA preparadas pelo IAASB principalmente para uso em auditorias de grandes entidades de interesse público?”; “Há alguma pequena e média firma de auditoria (PMF) ou pequena e média empresa (PME) envolvida no desenvolvimento das ISA?”; “As novas ISA clarificadas que se aplicam às auditorias a partir de Dezembro de 2010 são mais onerosas e isto não implicará que as PME sejam mais renitentes em ter uma auditoria?”; “A Norma Internacional sobre Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) foi concebida apenas para grandes firmas de auditoria?”; “Se as ISA resultaram numa abordagem de auditoria tipo “boxticking”, o que não deixa espaço para julgamento profissional e que exige uma extensa documentação não só para comprovar que o auditor fez determinados procedimentos, mas também para comprovar porque não fez outros. Isso é verdade?”.
- ii) **Outros Documentos em Discussão da FEE** – No contexto da conferência da FEE sobre Auditoria, no dia 30 de Junho de 2011, a FEE emitiu cinco documentos para discussão sobre temas relevantes para a Auditoria:
- Desenvolver o Papel do Auditor e a Comunicação do Auditor (*Developing the Role of the Auditor and Auditor's Communication*)
  - Nomeação do Auditor (*Appointment of the Auditor*)
  - Prestação de serviços que não sejam de auditoria a clientes de auditoria (*Provision of Non-Audit Services to Audit Clients*)
  - Passaporte Europeu para Auditores e Firmas de Auditoria (*European Passport for Auditors and Audit Firms*)
  - Supervisão Futura da Profissão de Auditoria - o Reforço da Cooperação (*Future Supervision of the Audit Profession – Further Cooperation*)

Nota: Pode ser feito o *download* de todos estes documentos (versão em inglês) no site [www.fee.be](http://www.fee.be)

*Nota: Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*